

Saberes, descobertas, mudança de postura. identidade: o caminhar do grupo Alagoas Quilombola

Clara Suassuna Fernandes*

“Quilombo tem origem na língua banto e significa: habitação, acampamento, floresta e guerreiro”. No Congo Central pode significar: lugar para estar com Deus (ANJOS, 2006:.46).

Introdução

Como registrar tantas experiências que se entrelaçam e fazem parte de um grande emaranhado de linhas entre a nossa vida profissional e as nossas vontades e conquistas particulares? Parece meio confuso, mas a intenção é ir desenrolando o que parece desarrumado, como se fosse um quebra-cabeça que o leitor, junto comigo, vai organizando e imaginando as peças desse caminhar que tem como objeto central de estudo as terras quilombolas do estado das Alagoas. Os lagos e as águas visitadas e admiradas existentes aqui encantam qualquer “estrangeiro” que, como eu, tenha adotado a terra para morar. Quando menos esperamos, somos envolvidos pelas águas misteriosas das ALAGOAS.

Porque comecei o texto dessa forma? A explicação é que sendo eu “estrangeira” venho, com a pesquisa, descobrindo lugares fantásticos, mais diretamente a terra da comunidade de Carrasco, maravilhosamente vermelha, que junto ao verde das plantas, ilumina qualquer olhar, mesmo daquele que não tem o OLHAR TREINADO. Foi o que aconteceu em Carrasco. As cores marcaram a minha

mente e mesmo percebendo os problemas da comunidade, ainda assim, a terra me pareceu abençoada.

Estou, juntamente com os alunos cotistas do curso de Pedagogia, coordenando um projeto intitulado Alagoas Quilombola. Os alunos fazem parte do primeiro grupo de cotistas que entraram na Universidade Federal de Alagoas, totalizando 194 alunos em diversos cursos, dentre os quais participam 50 alunos em variados projetos. O sistema de cotas faz parte do programa PAAF - POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, onde se pretende garantir a permanência dos cotistas, contando, inclusive com o novo grupo de 376 alunos que entraram na UFAL no ano de 2006. Outro objetivo é criar uma rede de publicação, como o caso do KULÉ-KULÉ, cujo significado é bastante forte: RAÍZES, onde a temática negra pode ser apresentada e debatida através dos mais variados artigos, abrindo espaço para publicações.

Felizmente, estamos na terceira edição da revista e a nossa proposta é que ela se firme, para que possamos publicar, a cada ano, artigos com a temática negra, criando assim, um espaço para o debate, mudando, inclusive, certos conceitos vistos como paradigmas e que precisam ser reformulados ou mesmo jogados fora.

Voltando à questão dos alunos que trabalham junto ao projeto, foi bastante interessante o primeiro contato, pois os “feras” recém-ingressos na Universidade estavam assustados e, ao mesmo tempo, maravilhados por passarem na “prova de fogo” – o tão temido vestibular.

A seleção dos bolsistas não ficou sob a nossa responsabilidade, mas nas mãos da Pró-Reitoria Estudantil, que selecionou 50 alunos para trabalhar nos 11 projetos aprovados a participarem do programa AfroAtitude. Selecionados os alunos, cada grupo foi destinado aos tutores. A coordenação geral indicou essa divisão e assim tivemos o primeiro contato com os alunos.

EQUIPE e características

Inicialmente, o grupo era composto exclusivamente por garotas, mas a homogeneidade durou pouco tempo, pois Gilmar veio fazer companhia à equipe que era assim composta: Alessandra, Fabiana, Regina, Jô, Ana Cléa e Taghlianne. As duas últimas meninas nos deixaram após alguns meses de trabalho, porque conseguiram outro tipo de bolsa, mas a participação delas foi fundamental para todos nós.

Nas primeiras reuniões quase ninguém falava, todo mundo acanhado, querendo saber o que era o nosso projeto e, principalmente, quando iríamos fazer o trabalho de campo, pois projeto para eles significava sair à rua e fazer pesquisa. Quando apresentei a proposta inicial de leitura e debate, pareceu que eu havia jogado um balde de água fria em todos eles. Expliquei a necessidade de todos aprenderem, através da leitura de textos, o que era uma comunidade quilombola, o que significava o sistema de cotas, o que era ter e reconhecer a identidade negra; estudar um pouco a história do nosso país, em suma, dando enfoque à questão negra, ao racismo, às desigualdades, às diferenças, à inclusão e à história do escravismo brasileiro, para

que o grupo entendesse como a exclusão aconteceu. Nós não poderíamos deixar de fazer tal caminhar já que tenho uma formação em História e Moisés Santana, que também é um dos responsáveis pela implantação do PAAF, e era então integrante desta nossa equipe, trabalha na área da Educação.

A primeira constatação e diagnóstico feitos pelo grupo foi que pouco se sabia da história afrodescendente no país, e mesmo assim, na maioria das vezes, conhecia-se essa história de forma distorcida. Quando isso foi detectado, as aulas de história passaram a ser movimentadas, mas os alunos bolsistas fizeram uma reivindicação: queriam elementos que dessem visibilidade ao que se estava falando, talvez pela dificuldade de abstração ou de pensar a respeito das imagens históricas, isto acontecendo pelo fato de disporem de muito pouca informação sobre o tema.

Comecei a fazer desenhos de mapas, da estrutura latifundiária açucareira, de navios, mares, etc., para me fazer entender. Talvez eles ainda não estivessem acostumados com a linguagem universitária, ou com a necessidade de abstração. O problema foi sendo sanado e as aulas se tornaram cada vez mais ricas em depoimentos, associações e descobertas a partir das vivências de cada aluno do grupo. As mudanças se tornaram visíveis em pouco tempo. Mudança no cabelo, na roupa ou na entonação da voz. Não posso afirmar se tais mudanças aconteceram em cada um dos projetos do programa, mas pude observar uma mudança de postura e na auto-estima nos alunos que vêm participando com os tutores de seus respectivos projetos.

Na maioria dos casos, os alunos que entraram pelo sistema de cotas na Universidade Federal de Alagoas, são os primeiros das suas respectivas famílias a estudarem em uma instituição pública do terceiro grau, tomando como referência as inúmeras gerações de cada uma delas. Meninos que se achavam incapazes de prestar vestibular porque estudaram em escolas públicas, e assim, por um sistema tabelar estatístico, eram incapazes de concorrerem com o mundo lá fora. Jovens que tentaram vestibular pelo sistema de cotas por saberem que dessa maneira enfrentariam uma concorrência entre os iguais.

Ingressar aos 33 anos na universidade depois de passar 10 anos sem estudar, ou abandonar o emprego, dito seguro, e estudar sozinho durante meses para conseguir entrar no curso dos sonhos, Direito, são exemplos comuns entre os cotistas e que podem revelar como o sistema de cotas pode quebrar essa rede de derrota previamente anunciada.

Como trabalho com história oral tive a idéia de gravar um pouco a fala de cada um, para que o registro ficasse como parte do projeto. Conversamos sobre a etapa de revelação individual e o propósito final. Passemos a alguns desses depoimentos registrados no NEAB com o consentimento dos entrevistados.

ALESSANDRA¹

Começou a entrevista de forma bem agitada, pois foi a primeira a passar pela experiência. Pareceu-me mais calma ao falar sobre as suas escolhas. Ela teve uma grande mudança desde que entrou no Programa e, mais especialmente, no Projeto

Alagoas Quilombola, e que se observa em pequenas atitudes. Hoje, está mais falante, posiciona-se sempre que pode. Foi a primeira (do meu grupo) a falar quando o Programa AfroAtitude sofreu a sua primeira avaliação, feita pelo Dr. Ivair (representante dos Direitos Humanos) e por Ludmila (representante do Programa DST/AIDS), pessoas que vieram de Brasília para avaliar e ouvir as experiências do Programa AfroAtitude na UFAL.

Disse-me, a aluna, que estava um pouco nervosa no começo da entrevista, mas depois foi se acalmando e falou bem.

Apresentou os seus dados pessoais. Quando foi perguntada sobre se poderia contar algum fato da infância, apresentou-me um fato, no mínimo, interessante que passo agora a relatar: o pai dela tinha umas terras, e durante as férias ela e todos os seus parentes iam para a roça capinar. Ela fazia parte do grupo, mesmo sendo muito pequena. Disse-me que tinha vergonha de contar tal história, mas que hoje, tendo uma nova consciência, por estar estudando e participando das atividades do projeto Alagoas Quilombola e do programa AfroAtitude, passou a sentir orgulho do seu passado.

Outro ponto que me chamou atenção foi que durante certo período, ela tinha parado de estudar por três anos e só voltou a tentar o vestibular depois que soube do sistema de cotas. Tentou um cursinho para se atualizar nas matérias, mas devido ao alto custo, desistiu. Estudou sozinha durante o ano e conseguiu passar no curso escolhido: Pedagogia.

Usa o seu dinheiro de bolsista do AfroAtitude para se manter na universidade – para o transporte, alimentação e para as fotocópias dos textos.

Mudou a postura dentro de casa, com os seus familiares. Palavras ditas por ela: não chama mais as pessoas de negrinhas. Sente-se melhor e mais confiante diante das questões étnicas.

Atualmente, é moradora do Vergel do Lago, bairro periférico da cidade de Maceió, onde mora com a sogra depois que constituiu família. É mãe de uma criança saudável.

A sua mãe é um referencial no seu depoimento, pessoa muito presente em sua vida.

REGINA²

Mora com a irmã, que é casada com um portador de cuidados especiais, na cidade de Maceió e a bolsa do programa tem ajudado ao restante da família que mora no interior do estado. Utiliza o dinheiro para: transporte, alimentação e fotocópias dos textos. Também cursa Pedagogia.

Para prestar o vestibular contou com o apoio da mãe. O pai, até hoje, segundo ela, não demonstra muito interesse em apoiá-la; a profissão dele é agricultor, enquanto a mãe é funcionária municipal. Talvez seja a condição de alfabetização da mãe que favoreça o apoio materno à Regina. Provavelmente, a mãe possui uma visão positiva do valor dos estudos. Outras pessoas da casa não acreditavam na sua vitória

no vestibular. A família de Regina é numerosa, com um total de oito irmãos. A mãe é merendeira de uma escola.

Segundo seu pai, ela está caminhando para se destacar, mas a filha não “pode” ir tão longe (aos olhos do pai agricultor), por ser mulher. São alguns questionamentos que permeiam a mente.

Mudou, também, a sua consciência, já que o programa e o projeto ajudaram-na a entender melhor como se deu o processo de escravidão e o porquê do preconceito. Tem uma postura interessante - conversa com as amigas sobre o que aprende no programa ou no projeto. Tem estimulado as amigas do seu bairro ou da antiga escola, a fazerem o vestibular pelo sistema de cotas.

Em relação à história da infância, contou que a mãe não queria que ela brincasse com as crianças da sua vizinhança por elas terem piolho, e portanto, ela não tinha amigos. Todos tinham a mesma condição econômica.

Estava mais tensa que a aluna anterior e falou de maneira rápida, com vontade de sair da sala e da minha presença, mas veio de forma voluntária. Falar sobre si é um processo muito difícil, mesmo para as pessoas mais preparadas, imagine para uma estudante que nunca foi ouvida enquanto agente da história.

O pai de Regina é negro e a mãe é considerada branca, análise feita pela própria estagiária. A aluna tem olhos claros e se vê negra pela sua herança paterna, daí ter escolhido o sistema de cotas.

Ela teve dificuldades em iniciar os trabalhos em grupo. Até hoje, é a mais insegura do grupo e somente com a entrevista conseguiu falar sobre a família e as suas escolhas. Acredito que o projeto venha fortalecendo e criando a auto-estima dos alunos de uma forma geral. Anteriormente, ela corava muito e mal conseguia falar, quando o assunto era o seu sentimento ou a sua vitória de ter entrado em uma universidade federal.

GILMAR³

Pareceu-me tranquilo, mas sempre pensando bem no que iria falar; é um rapaz bem reservado, mas, ao mesmo tempo, disposto a colaborar com a proposta da gravação. É dedicado e tem iniciativa própria. Durante a pesquisa de campo, mostrou-se bem participativo e atento às solicitações. É referência na família, pois é o primeiro a passar para uma universidade pública federal. Os irmãos mais velhos estão pensando em fazer vestibular por conta de sua vitória, já que houve a possibilidade concreta dele passar. Era o mais tímido, e pouco falava no início do projeto. A sua voz era sumida e não conseguia olhar para os outros. Pedia sempre a opinião antes de tomar uma atitude, mas aos poucos foi ganhando confiança no grupo. Hoje é capaz de representar a UFAL e o AfroAtitude fora do seu estado de origem com desenvoltura e com sucesso. Foi à Brasília representando a UFAL e já coordenou um evento envolvendo os estudantes secundaristas onde se debateu sobre a saúde entre os jovens.

FABIANA⁴

Filha única, mas também, como outros, o único membro da família, tomada no universo maior, a entrar numa universidade. Um tio dela (depois da vitória de Fabiana) está pensando em prestar exame para o vestibular, estimulado pelo sucesso da sobrinha. A aluna iniciou a entrevista com risos, demonstrando um pouco de nervosismo, mas aos poucos foi ficando séria e repassando a sua vida estudantil pela memória. É bastante dedicada e aproveita bem as oportunidades oferecidas. De início, era bem reservada e dizia que “não sabia de nada”. Hoje, participa das atividades e se atreve a falar antes de todo mundo. Ponto positivo para ela, que vê com orgulho a sua cor e identidade. Cresceu e amadureceu bastante. Gostou de gravar um pouco de sua memória. Os pais são referência sempre constante.

JOSY⁵

De todos, foi a que mais externou as suas mudanças. Tem um perfil de liderança muito forte, e de confiança, mas mesmo assim, foi no projeto que se identificou como negra. Não teve o apoio inicial de quase ninguém para prestar o vestibular. Fazia anos que tinha concluído o 2º grau e a sua mãe não queria alimentar esperanças, só depois de ter passado na primeira etapa é que houve estímulo maior. É a mais velha do grupo, mas tem sua estima equilibrada e organiza ações para os outros participantes do programa. Não fez nenhuma objeção em gravar as perguntas para o banco de dados. É referência na família quando se fala em estudar em uma universidade, também é a primeira representante de sua família a ingressar no ensino superior.

ANA CLÉA e TAGHLIANNE⁶

Saíram do Projeto, pois conseguiram um estágio em uma instituição do município, com possibilidade de renovação por mais um ano. Isso garante a sobrevivência delas na universidade, devido ao maior número de meses das bolsas. Apesar de terem uma participação significativa e terem prometido gravar uma entrevista, nunca retornaram ao projeto. Não é fácil para nenhum de nós fazermos qualquer revelação de caráter pessoal.

Comecei o artigo apresentando as características de cada um, pois eles são peças fundamentais do PAAF e nós, enquanto tutores, temos a responsabilidade de ensinar a pesquisar, mas também de participar do processo de construção da auto-estima de cada um desses alunos, pois somente assim eles poderão enfrentar o mundo que está lá fora.

Quando senti o grupo mais seguro através das informações teóricas, elaboramos os questionários para aplicarmos e fomos a campo. Nele estávamos querendo informações sobre a lei nº 10.639/03, sobre o tipo de informação que as comunidades quilombolas tinham acesso acerca das doenças sexualmente transmissíveis e identificarmos as condições de sobrevivência de cada uma das comunidades pesquisadas.

A primeira viagem

Inicialmente os olhos dos meninos estavam meio assustados, sem saber o que iriam encontrar, mas posso afirmar que o resultado foi satisfatório, tendo em vista que eles nunca tinham participado de um projeto, principalmente porque ainda são “feras”, isto é, alunos do primeiro ano da universidade. O transporte virou um verdadeiro lugar de cantoria, pois um dos estagiários do NEAB (Ivo, aluno do terceiro ano de História) levou o seu pandeiro e sua flauta, o que animou bastante a viagem e deixou o grupo relaxado e tranqüilo. Nenhum deles conhecia a cidade que nós estávamos indo, Santa Luzia do Norte, e isso tornou o objetivo do projeto mais interessante – o desbravar, a oportunidade de todos conhecerem pequenos pedaços do estado. O principal de todo o processo estava afinal prestes a acontecer, o início do contato com uma realidade desconhecida para a maioria, com exceção de Regina, que tem sua família nuclear vivendo em um sítio no interior, mas mesmo assim, nunca tinha visto antes o que identificávamos como COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO.

Como foi apresentado, fizemos um trabalho de informação através da realização de leituras temáticas, portanto, trabalhamos com conceitos como Quilombo, Remanescente, Identidade, Preconceito Racial, Democracia Racial, Escravismos, Processo Histórico, DSTs e AIDS, este último tema foi muito bem debatido através de oficinas e seminários, orientados pelo coordenador do Programa AfroAtitude na UFAL, o Prof. Jorge Luís de Sousa Riscado.

A nossa historiografia é construída em cima de contradições e silêncios e somente agora, a partir dos anos 80 do século passado, começamos a identificar esses vazios e tomamos por intuito estabelecermos uma revisão da nossa história. Não podemos dizer que tal processo se dá de maneira homogênea e no mesmo tempo histórico, mas podemos afirmar com a máxima segurança possível, que o processo está em franco andamento. Dar vez a categorias sociais nunca reveladas ou que, quando reveladas, o foram a partir de análises executadas apenas por uma ótica, é uma tarefa difícil e, por isso, pode ser novamente negada.

Portanto, é interessante apresentar o conceito de comunidade quilombola:

O quilombo reconstrói concretamente um tipo de organização territorial de origem africana no novo espaço denominado Brasil e funciona como uma verdadeira válvula de escape para diluir a violência da escravidão; durante os quase 4 séculos de tensões e confrontos de classes no sistema escravista, significava a busca por produção e segurança, por igualdade de condições e liberdade de acesso à terra (ANJOS, 2006:46).

História de uma etnia que ainda está na memória das pessoas, ainda não foi dado o devido espaço para que ela ganhe o lugar dos livros. É preciso estudar a reconstrução com o cuidado necessário. O espaço ganho nos livros didáticos para os negros estava garantido apenas enquanto indivíduos na condição de escravos, mas qualquer indivíduo ou grupo étnico é muito maior que a sua força produtiva. O espaço disponibilizado para os negros é tão pequeno que os livros didáticos ainda não

apresentam material suficiente para reverter a mentalidade escravista, que carregamos ainda hoje, reflexo da nossa história.

A Lei nº 10.639/03 foi resultado de uma luta para reverter a mentalidade, mas se não há material didático e ações concretas para sensibilizar o universo de professores no país, de nada servirá à implementação das DIRETRIZES, quando o que se tem como proposta é o ensinar, através da valoração, a história das etnias negras que entraram no país e que aqui recriaram o(s) mundo(s) africano(s).

Temos uma diversidade de etnias no país, mas o mundo colonizador tentou dar a elas uma visão uniforme, assim como aconteceu com os índios brasileiros – na verdade mais de 400 diferentes grupos, mas para o olhar do leigo, apenas os “índios brasileiros”. Mostrar as outras faces é a nova proposta e esse novo olhar vai ter que ser construído a partir de novas concepções e de destruições de alguns paradigmas, como por exemplo: o da democracia racial no Brasil.

COMUNIDADES

*** Santa Luzia do Norte**

A cidade de Santa Luzia do Norte não é muito distante de Maceió. Seguindo em direção Oeste, fica a mais ou menos uns 40 minutos da capital. Cidade quente, pouco arborizada, calçada somente nas vias principais.

Estávamos com o propósito de colher informações sobre a comunidade remanescente de quilombo existente no município para o nosso banco de dados. A comunidade é vista como um bairro por todos os habitantes da cidade, parte integrante, mas ao mesmo tempo é isolada, devido às particularidades geográficas de onde se encontra. Há uma baixa no terreno e isso passa a ser um divisor natural entre a cidade e a comunidade, ou pelo menos o era num tempo mais distante. A maioria das casas de Santa Luzia do Norte é de taipa e são residências geminadas, dando ao município, um aspecto de arruado; ao mesmo instante, há ruas (secundárias) estreitas entre as casas, dando uma idéia de vila, onde um transporte não passa.

Existe uma escola na comunidade que funciona nos três horários. A escola Dom Pedro. Pela manhã, atende aos alunos pequenos; à noite, a escola aderiu ao Programa de Ensino de Jovens e Adultos – PEJA - e conta com alunos na faixa etária dos 16 aos 40 anos de idade. À tarde, a população é composta por jovens. É um ponto interessante, pois a comunidade atende aos adultos, mas há uma evasão grande na época da colheita do fumo ou da cana-de-açúcar, quando eles vão à busca de trabalho, ou melhor, quando efetivamente eles conseguem trabalho através de atividades sazonais.

Houve uma receptividade muito boa por parte da direção e dos professores à nossa chegada. Eles sabem que podem ter uma assistência diferenciada e querem aproveitar o momento, há sempre uma expectativa de ajuda. Essa ajuda nos foi solicitada, com certa força, na tentativa de melhorarmos a vida da comunidade.

Não existe na escola material suficiente para trabalhar com os professores no que se refere à Lei nº 10.639/03, nem mesmo as diretrizes, mas a secretaria da escola

dispõe do material que foi distribuído pela Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, produzido na Paraíba por iniciativa de um senador.

O material veio gratuitamente e foi repassado às escolas sem qualquer crítica ou análise mais aprofundada. Na maioria das vezes, o professor vê o material como algo pronto para ser usado e não elabora nenhum trabalho crítico de desconstrução, em que possa utilizar, inclusive, o mesmo livro didático que apresenta falhas quando se trata da questão racial.

Tivemos oportunidade de falar com os professores da manhã no horário do intervalo para o recreio – momento em que os alunos recebem a merenda, que pode ser composta por sucos, biscoitos, carnes, sopas, leite. A diretora da escola nos informou que o cardápio irá mudar e que a nutricionista vem trabalhando para montar um programa específico capaz de atender ao paladar local. Na escola há problemas de abastecimento d'água e a coordenadora pedagógica nos informou que a água vem provocando diarreia nas crianças.

As crianças do período da manhã têm pouca idade, são miúdas, mas bastante agitadas e curiosas. Queriam saber o que nós estávamos fazendo com seus os professores.

A diretora nos informou que é grande o número de repetentes e desistentes que abandonam a escola por causa dos empregos temporários ou sazonais.

Quanto à questão da implantação da Lei nº 10.639/03, está em fase de discussão inicial. A coordenadora pedagógica estava mais bem informada, se fôssemos comparar, que os professores. Estes, por sua vez, estavam ansiosos em saber como trabalhar a Lei e como aplicá-la.

A diretora educacional do município está reunindo os coordenadores pedagógicos (num total de sete), aos poucos, e ela vem lendo o material tardiamente, mas não quis transparecer isso durante a entrevista. Não conseguimos falar com o prefeito, por ele não se encontrar na cidade. A secretária de educação não pôde nos receber, por motivo de doença, assim, fomos encaminhados para as profissionais Regina e Albani, que nos pareceram meio perdidas, não quanto ao entendimento da Lei, mas quanto à sua aplicação nas escolas do município, e aguardavam, assim, um apoio da universidade.

As escolas chegam a ter um total de 1.800 a 2.000 alunos matriculados e freqüentando, média apresentada em 2005. A quantidade de alunos para o ano de 2006 não estava concluída, quando da nossa visita, pois os pais fazem as matrículas tardiamente. O ano letivo (obrigatoriamente composto de 200 dias) começou em 06 de fevereiro de 2006.

Patrícia, uma das coordenadoras pedagógicas do município de Santa Luzia do Norte, participou da última reunião do Fórum de Educação, realizada no mês de agosto; pareceu-nos estar em busca de informações sobre como poderíamos ajudar o município com as informações sobre a Diretriz.

Há um dado importante percebido pelos alunos, os homens da comunidade na fase adulta, estão desempregados, enquanto que as mulheres são donas de casa e ao lermos os questionários, confirmamos que a falta de trabalho é enorme no

município. Não há qualquer perspectiva de trabalho e de vida estável na comunidade; lá, é como se o tempo estivesse parado.

No bairro do Quilombo, como é conhecido o local onde os moradores das terras quilombolas têm casas, embora a maioria viva de aluguel pago pela Prefeitura, grande parte da população diz que sua casa é de alvenaria. Afirmam que a água é encanada e que apresentam banheiro no interior das residências. A comunidade que visitamos fica dentro da cidade, sendo assim, o acesso é bem mais fácil.

Um dado interessante quando nos referimos à saúde: quando perguntamos às pessoas da comunidade se faziam uso de remédios caseiros, somente uma entrevistada falou da sua utilização. Todas as outras pessoas procuram o posto de saúde. A doença mais comum é a gripe e a maioria vai entre duas a cinco vezes ao posto de saúde durante o ano. Ninguém falou sobre a verminose num lugar onde há problemas de água potável ou de má qualidade. Quanto à AIDS todos dizem ter a informação, mas não sabemos se as pessoas usam preservativos de fato.

*** União dos Palmares: Muquém**

Inicialmente fui à escola com os alunos-cotistas. A escola é composta por uma única sala, com alunos da 1ª à 4ª série, com uma única professora para atender a todas as crianças. Chegamos na hora do intervalo, quando elas estavam lanchando. Para os mais atentos, as crianças estavam almoçando. Muitas vezes, fazendo a única refeição nutritiva durante o dia. Todas elas olhavam para nós com admiração e curiosidade, querendo saber o que estávamos fazendo ali.

Logo que descemos do carro nos deparamos com a professora da turma da manhã – Elisabete, que já tínhamos tido a feliz oportunidade de conhecê-la em um encontro com as comunidades quilombolas em Maceió.

Quanto à estrutura da escola, verificamos que está precisando de uma reforma urgente, pois a sala é escura, com pouca ventilação e pouco espaço para tantos alunos. A escola funciona à tarde com os jovens de maior idade e à noite há outra professora, que orienta a Educação para Jovens e Adultos - EJA. Há uma professora para cada turno.

Elisabete nos acolheu e respondeu ao questionário, mas na conversa paralela pude perceber que ela não tem como exercer o que determina a Lei nº 10.639/03, não por falta de conhecimento, mas por falta de recursos didáticos e também de uma reciclagem pessoal, ou mesmo de informações novas que desmistifiquem a imagem exclusivamente escravista, atribuída aos afrodescendentes em nosso país e que favoreça a percepção sobre outras manifestações do povo, como alimentação, religiosidade, identidade étnica, entre outras, dando-lhes a devida valorização.

Pareceu-me um contra senso que a comunidade de Muquém, situada aos pés da Serra da Barriga, que é o maior símbolo de resistência dos quilombos do país, esteja pedindo socorro para as mínimas coisas: a melhoria de um espaço para se exercer uma educação de qualidade mínima para aquela população, que ainda sofre com o preconceito quando ultrapassa os limites territoriais do grupo, segundo o

depoimento de alunos da comunidade que vão completar seus estudos na cidade de União dos Palmares.

Das comunidades até agora visitadas, a de Muquém, apesar de possuir uma cerâmica conhecida, está abandonada à sua sorte em termos de saneamento e construção de casas de alvenaria. As famílias ainda fazem suas necessidades fisiológicas a céu aberto, ou como elas dizem: “no mato”, pois algumas das casas não têm banheiro nem dentro nem fora da residência, nem usam o banheiro coletivo. As autoridades ou órgãos responsáveis não podem ficar cegos diante das condições de vida da comunidade, pois sem saneamento básico, o nível de vida dos indivíduos diminui consideravelmente.

Como melhorar a saúde e a moradia da comunidade de Muquém se não há uma educação sistemática na escola, ou uma sensibilização para ela?

A comunidade é conhecida nacionalmente por sua produção de cerâmica artesanal e utilitária, mas produzi-la não é suficiente para dar visibilidade a esta comunidade. Existem inúmeras crianças em Muquém e isso é sinônimo de crescimento, mas é preciso pensar em ações que garantam a sobrevivência e a permanência das crianças no presente e que lhe garantam um futuro, quando elas passarem a ser jovens e precisarem produzir.

Existe um desemprego alarmante em todas as comunidades remanescentes de quilombos visitadas, sendo esta uma preocupação presente em todas, comentada desde a escola até nos ditos núcleos familiares. Há certa apatia ou descrença com relação a qualquer iniciativa vinda de fora. Qual o retorno efetivo que podemos levar às comunidades visitadas?

Fizemos o diagnóstico e as respostas precisam ser rápidas, pois a fome não espera, simplesmente mata. A educação é um caminho que dá possibilidade da criança perceber que ela é cidadã, ensina-a a questionar, mas há a necessidade do suporte paralelo: trabalho de fato, ações positivas para promover a auto-estima dos moradores de cada uma dessas comunidades.

A organização da comunidade não precisa ser a mesma que se observa na cidade. Em Muquém, ela aparece muito mais circular, como em alguns dos antigos quilombos, significando, talvez, uma maneira de se protegerem, tanto no período colonial como agora?

*** Carrasco**

A comunidade de Carrasco é outra região de remanescentes de quilombos bastante singular: há casas na rua, dita principal, mas há também em áreas altas e diferentes. Gostaria muito de ter uma imagem espacial da comunidade para possibilitar ao leitor tal sensação.

O nome Carrasco tem origem no nome de uma planta de folhas finas e com espinhos, arbusto muito comum na região. Uma área de barro vermelho escuro, contrapondo com um verde vivo da vegetação ao pé da serra. O lugar é de uma

beleza ímpar. Vimos a presença de afrodescendentes, além de homens pardos, ou popularmente conhecidos como “morenos”.

A comunidade é composta de 250 famílias e o diretor da escola local nos afirmou que a população está crescendo. Carrasco é distante da cidade de Arapiraca 11 km, não há nenhuma indicação do povoado por escrito na estrada, e para se chegar até lá temos que entrar em *Bom Nome* e seguir por um caminho de barro até chegarmos à entrada da comunidade.

Tivemos a sorte, durante a nossa ida, de perguntar a um grupo de homens, como poderíamos chegar. Um deles era morador de Carrasco e nos levou até lá. A não visibilidade do nome da comunidade na estrada pode ser um dado a ser estudado. Desconhecimento, preconceito, proteção e descaso com um povo que viveu e continua vivendo à margem da sociedade.

Na escola dos quilombolas não há informações sobre a Lei e nem material informativo sobre DST/AIDS. Deixamos na escola alguns folhetos com a professora. Em Carrasco, não existe posto de saúde, diferentemente de Pau D’Arco, onde o posto atende também às comunidades vizinhas, totalizando o atendimento a 1.200 pessoas.

A escola de Carrasco funciona em três turnos, tem uma estrutura bem melhor que a de Muquém. Recentemente, sofreu uma reforma, e teve ampliado o número de salas e de professores. As crianças recebem a merenda, mas nenhum alimento diferenciado pelo fato de serem remanescentes de quilombos.

Todos nos falaram que houve um aumento financeiro, uma indicação para mudar o cardápio, mas não houve nenhuma mudança nesse sentido, portanto eles continuam comendo o feijão, o macarrão, as carnes, a sopa, o biscoito, o pão. Muitos dos alunos não gostam da merenda e chegam a jogar fora o que é oferecido e as professoras precisam fazer uma reeducação nesse sentido.

Vimos em Carrasco uma terra muito vermelha, com uma certa quantidade de fruteiras, como goiaba e laranja; eles plantam também macaxeira como cultura de subsistência.

*** Pau d’Arco**

Já em Pau D’Arco foi-nos dito que há 25 anos era comum a presença de descendentes de africanos por ali, mas com o crescimento da comunidade, que hoje conta com 429 famílias, isso está se diluindo.

O presidente da Associação local nos afirmou que a origem da comunidade se deu através de quatro famílias.

A comunidade fica distante do município de Arapiraca 5 km, indo em direção norte. Inicialmente, as casas são uma ao lado da outra, até chegarmos a um largo, onde estão presentes outras casas.

Houve vários pedidos com a nossa chegada, para que pudéssemos capacitar as pessoas para um emprego, sendo esta a principal reivindicação deles. O pedido foi feito, inclusive, pelos diretores da escola. Todos solicitaram ações que pudessem ajudar aos mais velhos e aos jovens em idade produtiva.

Há em Pau d'Arco a prática da cultura do fumo, característica do município, e a maioria dos homens tem ainda o fumo como a principal atividade econômica, mas mesmo assim, há um índice altíssimo de desemprego verificado na faixa etária dos 18 a 40 anos. Muitos dos moradores de Pau d'Arco deixam a comunidade ou mesmo a cidade de Arapiraca em busca de novas oportunidades.

Quanto às questões da DST/AIDS, há uma idéia que “essa doença não entra aqui, graças a Deus!”, apesar dos técnicos de saúde darem palestras e distribuírem camisinhas para homens e mulheres sexualmente ativos.

As ruas da comunidade estão asfaltadas, as casas são de alvenaria; a comunidade tem uma Associação de Moradores, além de uma escola que atende à população local e a dos lugarejos vizinhos. Além disso, Pau d'Arco conta com uma cachoeira de águas limpas,

Como já foi dito inicialmente, fomos à escola, onde a professora nos apresentou um projeto pedagógico contemplando as questões étnico-raciais, envolvendo alunos e familiares da região. A diretora nos falou de preconceito na escola e fora dela, principalmente quando os alunos terminam o ensino básico e precisam continuar os estudos na cidade. Mesmo assim, ela acredita que os trabalhos têm ajudado os alunos a identificarem-se como afrodescendentes e estimulado positivamente a auto-estima.

O local se classifica como “vila”, do mesmo modo que Santa Luzia do Norte, enquanto que Muquém e Carrasco se vêem como “comunidades”. Será que isso se associa ao processo de urbanização? É um questionamento que fazemos a partir das visitas efetuadas nos diversos locais.

Como um olhar moderno, urbano, pode modificar a identidade de uma comunidade? Tais questionamentos são freqüentes, pois não sabemos o que isso pode implicar no processo de identificação e reconhecimento das terras dessas comunidades.

Não sabemos se isso tem fundamento, mas em conversas com alguns arquitetos, constatamos que há possibilidade de haver uma quebra da identidade a partir de uma nova organização urbana. Falando com outros estudiosos, como o arqueólogo Scott Joseph Allen, do Instituto de Ciências Sociais da UFAL, ele nos informou que a maioria das comunidades quilombolas se formou com características de vilas e que a idéia circular de organização das casas faz parte do imaginário coletivo da maioria dos antropólogos e sociólogos, já que o trabalho arqueológico está sendo feito agora.

*** Palmeira dos Negros**

Foi a nossa última viagem e tivemos boas surpresas. Esta foi a comunidade que nos apresentou mais abertamente a questão do preconceito, tanto aquele observado no interior da comunidade, como aquele relatado pelos de fora, que é bastante forte.

Palmeira dos Negros é uma comunidade numerosa e fica no município de Igreja Nova. Tem mais de 1.200 pessoas e conta com aproximadamente 268 casas, sendo que na maioria delas mora mais de uma família – normalmente numerosa. Lá existe escola, posto de saúde (com médico, enfermeiro permanente, e um dentista que visita a comunidade uma vez por semana).

Existem poços, mas a água é um problema, pois é de péssima qualidade, comprometendo a saúde dos habitantes. Há, por isso, um alto índice de diarreia, dores na barriga, verminose, etc., comprometendo a saúde de crianças e adultos.

Logo de início fomos à escola Princesa Isabel, que possui 175 alunos no período da manhã e tarde e 110 alunos no turno da noite, quando funciona o EJA – Educação para Jovens e Adultos. A diretora não nos falou de exemplos de preconceito, talvez não quisesse nos apresentar os problemas que enfrentam, mas a questão foi discutida pela professora Odete, responsável pela segunda série. A mesma não nos falou sobre o problema da falta de material didático para o cumprimento da Lei nº 10.639/03, nem sobre a falta da reciclagem para os professores. Na escola funcionam quatro salas e seis turmas, uma delas sendo multiseriada.

Quanto à merenda escolar, praticamente não há transtornos, pois ela vem com regularidade. As crianças não gostam da sopa, mas comem bem o feijão, o arroz, o macarrão e a “mistura”.

O médico vai toda semana e há a presença permanente de uma enfermeira. Quanto à questão das DST/AIDS, a população, de forma geral, acredita que a doença nunca vai atingi-la: “*Deus não deixa ela entrar*”. Conhecem a doença: “*aquela que deixa as pessoas magras*”. Há distribuição de camisinha, mas nem todo mundo faz uso dela, poucos procuram preservativos no posto. Acreditam que pelo casamento, ou com a existência de parceiro fixo, estão prevenidas contra o mal.

A água não é potável e nem há saneamento. O esgoto é a céu aberto; nas casas não há banheiro interno, em algumas residências o banheiro é externo e, na maioria dos casos, as crianças e os adultos fazem suas necessidades fisiológicas a céu aberto. Não há coleta de lixo e, sempre que possível, cada morador queima o seu.

O secretário de educação de Igreja Nova (sr. Roberto Costa) não sabia nada sobre as Diretrizes, pois tinha assumido há pouco tempo a pasta e ficou de entrar em contato com a diretora da escola e com o representante da Associação de Moradores (Sandro).

Sandro nos falou que há uma casa de farinha manual para moer e torrar a mandioca, mas a produção é basicamente para consumo interno. Alguma parte da produção vai para a feira de Igreja Nova. Estão construindo uma casa de farinha elétrica próximo à escola.

As mulheres da comunidade produzem bolsas e cestos de palha. Anteriormente, existia uma associação, mas não está mais funcionando por ingerência das próprias mulheres. Elas cuidam da lavoura: mandioca, arroz, feijão e milho, enquanto os homens moram e trabalham fora da comunidade.

Vimos muitas mulheres jovens grávidas, apesar de ninguém nos falar da gravidez precoce entre adolescentes. Quanto ao uso de remédios caseiros é bem comum, assim como também a prática da rezadeira para a cura das doenças. Há uma igreja católica, onde o padre celebra uma missa por mês. Não há presença de outras práticas religiosas. Existe um campo de futebol. Há o processo de aconselhamento periódico às famílias.

Uma observação extremamente particular: a maioria das mulheres anda sem qualquer calçado, principalmente, as mais velhas.

Problemas gerais observados

Ausência de saneamento, construções de taipa sem banheiro, excremento humanos deixados a céu aberto, a presença constante de diarreias, principalmente entre as crianças menores, a crença de que as doenças sexualmente transmissíveis não vão atingir a comunidade, por todos terem parceiro fixo, ou por crença religiosa, não havendo planejamento familiar.

Tivemos o apoio do NEAB e do DSG para realizarmos as viagens – fomos de van, com todos os alunos do nosso projeto. Iniciamos com sete alunos e ficamos com apenas cinco, pois duas conseguiram estágios fora da UFAL.

Metas atingidas:

1. Acompanhamento dos alunos cotistas, através do estabelecimento de um debate teórico conceitual quanto à questão da identidade afrodescendente, sobre democracia racial no país e favorecendo o crescimento e desenvolvimento de sua auto-estima.

2. Mapeamento da situação das comunidades quanto ao conhecimento e prevenção das DST/AIDS. As comunidades sabem das informações, mas fazem pouco uso delas por questões morais e/ou religiosas.

3. Envolvimento dos alunos no processo de pesquisa de campo, articulando as ações multidisciplinares que o programa exigiu.

4. Interação entre os mais diversos alunos cotistas (alunos e professores).

5. Visitas às comunidades quilombolas estabelecendo um perfil da Lei nº 10.639/03 e sua aplicação nas escolas das comunidades de remanescentes de quilombos.

Os alunos, ao aplicarem os questionários relativos à Lei nº 10.639/03, detectaram que grande parte da população das comunidades tinha conhecimento sobre as doenças sexualmente transmissíveis, informação que obtiveram através de palestras e/ou através dos meios de comunicação, mas, ao tempo em que têm as informações, acreditam que *a doença não vai entrar na comunidade, porque Deus não quer isso, ou porque é casada...* Mesmo com esse diagnóstico primário houve distribuição de material educativo para as famílias e para as escolas visitadas pelo tutor do projeto. Os alunos não tiveram nenhum problema em conversar com as pessoas da comunidade em relação *“àquela doença”*, mesmo naquele número de pessoas que não tinham qualquer informação. Os mais jovens buscam camisinha nos postos de

saúde, principalmente os do sexo masculino, mas não sabemos se o uso delas se dá de fato na hora necessária.

NOTAS DE RODAPÉ

* Professora do Departamento de História da UFAL; Vice- Diretora do NEAB/AL; trabalhando com história oral.

¹ Alessandra, aluna do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiária do Alagoas Quilombola.

² Regina, aluna do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiária do Alagoas Quilombola.

³ Gilmar, aluno do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiário do Alagoas Quilombola.

⁴ Fabiana, aluna do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiário do Alagoas Quilombola.

⁵ Josy, aluna do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiária do Alagoas Quilombola.

⁶ Ana Cléa e Taghianne, alunas do curso de Pedagogia, noturno, 1º ano, participante do Programa e estagiárias do Alagoas Quilombola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ALMEIDA, Luis Sávio de. **Mata e Palmares em Alagoas**. Arapiraca: EDUAL, 2004.

CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna; BARROS, Rachel Rocha de Almeida (orgs.) **Kulé Kulé – visibilidades negras**. Maceió: Edufal, 2006.

GOMES, Flávio. **História de Quilombolas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.